

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 22/2022

Dispõe sobre a Política Municipal de Conscientização, Prevenção e Combate à Prática de Queimadas, altera a Lei Municipal nº 3.027/2007 e dá outras providências.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras,

Com o início do período seco e quente, visualizamos a ocorrência de queimadas em nossa região, o que exige rápida atuação do Poder Público para evitar danos trágicos para a nossa população e para o nosso meio ambiente.

Além das queimas por motivos naturais, muitas também ocorrem em razão da conduta humana, seja pela prática de atos criminosos, como a provocação de incêndio em áreas de preservação permanente, seja pela falta de conhecimento quanto às ações que potencializam a ocorrência de queimadas, como a queima de lixo doméstico, ou pela negligência de proprietários em se adotar medidas que evitam a formação de focos de incêndio em seus terrenos, o que igualmente demanda a atuação do Poder Executivo na adoção de ações fiscalizatórias, pedagógicas e punitivas.

Não obstante já constar na legislação federal e municipal a proibição de queimadas pela população e as sanções administrativas, civis e penais a serem aplicadas, para que referida prática não se realize, é preciso prever mais que a punição dos infratores: também é imprescindível a postura ativa da Prefeitura na implementação de medidas de conscientização, prevenção e combate à queimadas em áreas públicas ou privadas do nosso município.

Portanto, com o objetivo de potencializar as ações públicas de preservação da saúde, da segurança pública e do meio ambiente local ecologicamente equilibrado, apresento o presente projeto de lei e conto com os demais vereadores para a sua regular tramitação e aprovação.

Ponte Nova, 22 de setembro de 2022.

Wagner Luiz Tavares Gomides - PV

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 22/2022

Dispõe sobre a Política Municipal de Conscientização, Prevenção e Combate à Prática de Queimadas, altera a Lei Municipal nº 3.027/2007 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída no Município de Ponte Nova a Política Municipal de Conscientização, Prevenção e Combate à Prática de Queimadas, com as seguintes finalidades:

I – conscientizar a população sobre condutas irregulares que possibilitam o surgimento de queimadas;

II - inibir as queimadas com a intensificação das ações de fiscalização pela Prefeitura e pela sociedade;

III – dotar o Executivo de recursos necessários para efetivar medidas de prevenção e de combate às queimadas realizadas no território do município;

IV - reduzir a emissão de fumaça e dos poluentes em dispersão na atmosfera;

V - diminuir o número de pacientes atendidos pelo sistema de saúde com problemas respiratórios ou agravamento das doenças respiratórias;

VI - preservar o meio ambiente e os biomas regionais.

Art. 2º Para dar cumprimento ao disposto nesta Lei, o Poder Executivo deverá:

I – realizar campanhas educativas alertando a população quanto aos perigo que as queimadas causam à saúde, à segurança e ao meio ambiente;

II – orientar os cidadãos quanto às práticas ilícitas e quais as ações que previnem a formação de focos de incêndio;

III – realizar mutirões em períodos secos e quentes para a realização de limpeza, recolhimento de materiais e implantação de aceiros em áreas suscetíveis de queimadas;

IV – notificar e orientar os proprietários de grandes áreas não construídas a adotarem medidas anti-incêndio;

V – fortalecer os meios de comunicação da Prefeitura para recebimento de denúncias quando diante das infrações previstas nesta Lei e no Código de Posturas Municipais;

VI – providenciar os recursos materiais necessários, a capacitação de servidores, bem como elaborar estratégias para implementação de ações de

fiscalização e de prevenção às queimadas, assim como para resposta rápida do Poder Executivo quando diante da formação de focos de incêndios;

VII – apurar as denúncias recebidas e responsabilizar os infratores conforme as sanções legais, com o objetivo de desestimular a prática por terceiros de atos ilícitos que propiciam a formação de queimadas;

Art. 3º O Executivo poderá realizar parcerias com o Corpo de Bombeiro, Ministério Público, órgãos ambientais, Instituições de Ensino, Conselhos Municipais, Associações de moradores, ONGS e demais entidades para efetivação das finalidades previstas nesta Lei.

Parágrafo único. Competirá ao Executivo adotar medidas para viabilizar a formação de parcerias com entidades, órgãos e concessionárias responsáveis pelas estradas e rodovias para divulgarem material informativo contra as queimadas, fiscalizarem as áreas sob sua concessão, coibirem os abusos e combaterem os focos de incêndio.

Art. 4º A Subseção VII “Das Queimadas e do Uso de Agrotóxicos”, da Seção XII “Do Uso e da Ocupação dos Logradouros Públicos”, da Lei Municipal nº 3.027, de 22.01.2007, passa a vigorar com a denominação “Das Queimadas”, composta pelos arts. 281 a 281-A, conforme a seguinte redação:

Art. 281. É proibida a realização de queimadas em áreas públicas ou privadas situadas no município, ressalvadas as hipóteses permitidas em Lei.

§ 1º Estão abrangidas pela proibição prevista no *caput*:

I – a utilização do fogo para queima de mato ou vegetação, seca ou verde, para fins de capinação ou limpeza de terreno;

II – a queima ao ar livre, como forma de descarte, de papel, papelão, madeiras, móveis, galhos, folhas, lixo, entulhos, pneus, borrachas, plásticos, resíduos vegetais e industriais, lixo doméstico, resíduos sólidos e líquidos assemelhados;

III - incêndio em mata ou em áreas de preservação permanente, mesmo que em formação.

§ 2º Não incluem na proibição deste artigo as queimas controladas:

I – associadas a práticas agrícolas e agroindustriais quando:

a) em propriedades rurais que possuam declividade média superior a 12% (doze por cento); ou

b) em área situada em uma faixa distante a mais de 2.000 (dois mil) metros a partir do perímetro urbano do Município.

II – em casos de controle e eliminação de pragas e doenças, como forma de tratamento fitossanitário, mediante obtenção de licença específica junto aos órgãos ambientais pertinentes;

III – em casos de exploração de atividades sob o regime de economia familiar, mediante a obtenção das licenças ambientais pertinentes.

Art. 281-A. Na infração a qualquer dispositivo desta Subseção, serão aplicados os procedimentos e as penalidades previstas no Código Municipal de Meio Ambiente, bem como as disposições da Lei Federal nº 9.605/98, no que couber, sem prejuízo das cominações civis e/ou penais.

Art. 5º A Seção XII “Do Uso e da Ocupação dos Logradouros Públicos”, da Lei Municipal nº 3.027, de 22.01.2007, passa a vigorar acrescida da Subseção VIII, denominada “Do Uso de Agrotóxicos”, composta pelos arts. 282 e 283 já constantes na Lei, renumerando as demais subseções.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Ponte Nova, de de 2022.

Wagner Mol Guimarães
Prefeito Municipal

Marina Rosa Godoi
Secretária Municipal de Meio Ambiente

Luiz Henrique da Silva Borges
Secretário Municipal de Obras

Iniciativa:

Wagner Luiz Tavares Gomides

Vereador - PV